

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.902 - MG (2019/0301096-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : YURI JOSÉ LINO (PRESO)
ADVOGADO : DANIEL PACHECO RIBEIRO - MG106110
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por YURI JOSÉ LINO contra acórdão da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.110476-9/000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto, pelo crime do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Foi indeferido o direito de recorrer em liberdade.

Buscando tal benefício, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 194/198):

EMENTA: *HABEAS CORPUS - CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE DROGAS - DENEGAÇÃO DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE - NÍTIDA PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Sendo o tráfico de drogas, hodiernamente, o crime de maior preocupação das políticas de segurança pública, a prisão preventiva, medida de exceção, se faz necessária para garantia da ordem pública. Demonstrada a necessidade da prisão preventiva, verifica-se que as medidas cautelares não são suficientes para garantir a efetividade do processo.*

No presente recurso, a defesa alega que o recorrente é primário, com residência fixa, e que não foram apresentados fundamentos idôneos para justificar a prisão. Destaca que o recurso ainda não foi remetido ao Tribunal. Entende que seria suficiente a aplicação de medidas cautelares mais brandas.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, ou sua substituição por outras medidas.

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. A prisão, a princípio, foi suficientemente fundamentada nos indícios de contumácia delitiva, reforçados pelo histórico de atos infracionais equiparados ao tráfico, a demonstrar a necessidade da custódia para manutenção da ordem pública.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pelo recorrente, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator